

## **ALCANCES (IM)PREVISTOS DE UM ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL – CRUZAMENTOS ENTRE TRANSEXUALIDADE, ASCENSÃO SOCIAL E PARENTESCO NA CAPITAL POTIGUAR**

(Un)foreseen reaches of a Welfare State - crosses between transsexuality, social ascension and kinship in the Potiguar capital

Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego<sup>1</sup>

### **Resumo:**

A partir do aumento do gasto social desencadeado nos anos 2000, principalmente com o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), um contexto de ascensão social se tornou possível. Contudo, que reverberações essa mobilidade e essa economia social reflete nas vidas da população de gays, lésbicas e pessoas trans? Partindo do interesse de contribuir para responder essa pergunta, o presente artigo procura compreender a reorganização familiar constituída a partir de processos de subjetivação de homens transexuais num contexto de mobilidade e políticas sociais. Se percebeu que uma forte articulação entre acesso a recursos proporcionado pela disposição de políticas sociais dos Governos do PT se cruza, alicerçando, o engajamento político por reconhecimento como sujeito e reposicionamento no grupo familiar de homens trans de origem popular. O artigo é resultado de pesquisa etnográfica realizada entre os anos 2014 e 2015 na capital do Rio Grande do Norte, Natal, com o auxílio de entrevistas semiestruturadas e em profundidade.

**Palavras-chave:** Transexualidade, Estado Social, Parentesco, Ativismo político.

### **Abstract:**

From the increase in social spending triggered in the 2000s, especially with the Workers' Party (PT) Government, a social ascent has become possible. However, what reverberations does this mobility and social economy reflect in the lives of the gay, lesbian, and transgender population? Starting from the interest of contributing to answer this question, the present article tries to understand the family reorganization constituted from processes of subjectivation of transsexual men in a context of mobility and social policies. It was noticed that a strong articulation between accesses to resources provided by the PT governments' social policies arrangement is the base to political engagement by transsexual men to recognition as subjects and repositioning like an intelligible relative in the family group of popular origin. The article is a result of ethnographic research conducted between 2014 and 2015 in the capital of Rio Grande do Norte, Natal, with the help of semi-structured and in-depth interviews.

**Keywords:** Transsexuality, Welfare State, Kinship, Political activism.

---

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PGAS/CCHIL/UFRN). E-mail: cleiton.vsr@gmail.com

## Introdução

Marcio Pochmann (2011) demonstrou que apenas a partir da Constituição Federal de 1988, excetuando-se o período de governo Fernando Henrique Cardoso e retomada do governo Lula, passou-se a conceber um crescimento para o gasto social como proporção ao Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil. No começo dos anos 2010 isso equivalera a um total agregado de 23% do PIB, significando, na estimativa do autor, que quase metade da riqueza produzida no país estivera ligada a economia social<sup>2</sup>; composição diferenciada em relação a última fase de expansão produtiva nacional (1930-1980).

Esse quadro, argumenta Pochmann, atesta o impacto do avanço do Estado de Bem-Estar Social, a despeito da visão liberal-conservadora considerar esse tipo de gasto como paternalista e passível de corte. Nesse contexto, o autor demonstra que se desencadeou um novo padrão de mudanças sociais no Brasil, resultado da combinação de uma a) retomada da “dinâmica expansionista da produção” e “ocupação da força de trabalho”, e b) da “reorientação das políticas sociais” a partir do governo Lula.

Assim, se no contexto internacional houve um recrudescimento desde os anos 1980, da política neoliberal, com o enfraquecimento global de indústrias locais, perda de empregos, expansão do encarceramento e concentração de renda (ORTNER, 2016), no Brasil dos anos 2000, embora não possa ser dito que tenha havido um silenciamento absoluto desse escopo (MARQUES, MENDES, 2007), houve uma intrigante ascensão social, principalmente com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Isso pode ser visto incidindo diretamente sob a organização familiar da população brasileira. A consolidação do programa Bolsa Família (LAVINAS, COBO, VEIGA, 2012), a política de habitação popular (MOREIRA, 2013), o aumento de vagas e criação de novas universidades públicas (e subsídios para as privadas), o aumento real contínuo do salário mínimo (POCHMANN, 2011),

---

<sup>2</sup> Não há consenso na literatura brasileira a respeito do que componha “economia social”, podendo a ela atribuir a organização socioeconômica de coletivos de trabalhadores e o desenvolvimento de serviços e concepções a respeito de direitos sociais (ANDION, SERVA, 2006). Contudo, seguindo Marcio Pochmann (2011), compreende-se aqui “economia social” como englobando todo o conjunto de gastos e de produção no âmbito da redistribuição de renda e da infraestrutura social (assistência social, educação, cultura, organização agrária, previdência social, saneamento básico e habitação, saúde, trabalho e emprego) (cf. LAVINAS, 2007; BRASIL, 2016).

entre outros, possibilitaram uma mobilidade social que pode diferenciar os acessos a recursos entre gerações de uma mesma família num curto espaço temporal.

Se considerarmos que o “valor” família, como o faz Luiz Duarte (1994), detém um alto peso em todas as camadas da população brasileira, diferindo as estratégias e os raios de alcance do cuidado; famílias de elite, de classe média e populares sentiram impactos muito diferenciados da expansão das políticas sociais e da entrada mais decisiva desse tipo de economia social na política brasileira e suas formas variadas de reprodução nas esferas locais dos governos estaduais.

É necessário, contudo, relativizar esse panorama para entender as particularidades dessas mudanças no âmbito dos diferentes segmentos da população de lésbicas, gays e transgêneros, no que compete às diferenças de gênero e sexualidade, uma vez que esse campo tem sido observado como um dos maiores vetores de conflito e transformação da vida familiar (CARDOSO, 2010; WESTON, 1991) e, um grande mote de intervenção e regulação estatal. Assim, recorro à interpretação antropológica acerca do grupo de parentesco, um coletivo no qual se constrói, através da performance, uma relação de “mutualidade de ser” produzida continuamente para poder fazer sentido entre seus membros (SAHLINS, 2013).

Diante de tudo isso, este artigo propõe uma leitura que observe tensões nas políticas de Bem-Estar Social propagadas pelos Governos do Partido dos Trabalhadores em face de positivities e limitações em torno das vidas de pessoas trans. Assim, procuro apontar para dimensões do cotidiano não alcançadas pelas estatísticas oficiais. Objetiva-se, aqui, portanto compreender as relações de parentesco redefinidas à luz dos processos de subjetivação de homens transexuais de camadas populares no contexto descrito de diminuição de desigualdade social no âmbito do Rio Grande do Norte, principalmente a partir da cidade de Natal. Quais as reverberações à reorganização familiar proporcionada pela emergência de um parente transexual (e sua inserção no ativismo trans), quando consideramos que esses sujeitos trans cresceram no período histórico de expansão das

políticas sociais e econômicas que trouxeram novas dinâmicas de classe social para o país nas últimas décadas?

Esse interesse surge de uma inquietação ao revisitar meus dados de trabalho de campo entre homens trans na capital potiguar. Na ocasião da pesquisa (REGO, 2015) percebi diferenças significativas de acesso a recursos e infraestrutura social entre gerações de parentes de um mesmo grupo familiar, especificamente entre os interlocutores e seus pais e avós. São jovens na faixa dos 20 anos de idade, que viveram sua adolescência nos governos do PT, e que têm relações diferenciadas com movimentos sociais se comparados às gerações passadas de suas famílias.

Para o desenvolvimento desse trabalho recorrerei a três frentes empíricas de pesquisa. A primeira se refere à etnografia que realizei na cidade de Natal entre homens trans e seus coletivos de luta política entre 2014 e 2015 para a minha dissertação de mestrado (REGO, 2015) – na qual também utilizei entrevistas abertas em profundidade com 15 colaboradores. A segunda diz respeito à pesquisa realizada em 2016 sobre a construção do Plano Municipal de Educação de Natal/RN, na qual realizei etnografia na Câmara Municipal, entrevistando assessores e vereadores, analisando documentos do processo legislativo e observação participante das seções de votação (REGO, 2016). E, por último, ao exame das políticas criadas ou aplicadas à população LGBT a nível norte-rio-grandense e natalense.

### **Transição de gênero em família?**

No Brasil, as experiências trans, isto é, vivências de pessoas que transicionaram ou estão em transição entre os gêneros em termos identitários, corporais e institucionais, têm sido descritas por diferentes autores com uma alta dimensão de contenda e transformação política (BENEDETTI, 2005; BENTO, 2006; ÁVILA; 2014; REGO, 2015). Descrita e classificada no “Ocidente” inicialmente na década de 1960 como uma doença mental, com títulos diferentes, mas perdurando até hoje, a transexualidade (ou sua profusão enquanto transgeneridade que alcança outras dimensões de trânsito) foi reconstituída pelos movimentos e teorias sociais como uma forma variada da experiência humana da mudança de gênero (CONNELL,

2012). Nisso, situam-se mudanças de posições sociais de indivíduos e seus coletivos, movimentos sociais por direitos humanos, constituição de categorias e classificação de pessoas e sociabilidades, repensando o saber médico e *psi*, processos de (des)medicalização e relações de parentesco num longo histórico de vulnerabilidade social.

E, apesar do ainda modesto campo de pesquisas que foquem nas relações familiares de pessoas trans, é perceptível o impacto do (não) suporte das redes de parentes, não apenas para o processo de transição. Apoiar um parente com quem se mantém uma conexão afetiva e socioeconômica tem sido descrito pelos homens trans com um potencial diferencial para os acessos que se teria na continuação da vida em termos de moradia, alimentação, cuidado em saúde, qualificação civil, relação com o Estado, educação, e acesso à renda. Assim, a transição não diz respeito somente à identidade, ela se circunscreve diante de diversas relações com instituições e saberes com os quais os homens trans – único grupo aqui estudado – negociam seus *status*; sendo, como colocou Raewyn Connell (2012), o Estado, a economia, a profissão médica e a família as principais zonas de conflito.

Tanto Gustavo (20 anos) como outros interlocutores tais quais Francisco (22 anos), André (18 anos), Jorge (20 anos), Mário (21 anos) e Benjamin (18 anos) nasceram e cresceram no Rio Grande do Norte, sendo os cinco primeiros em Natal, e o último numa cidade do interior. Suas famílias trazem arcabouços e formações bastante diferenciadas e que causam impactos diversos, embora não determinantes únicos, na transição de gênero e nos condicionamentos de classe que reverberam na experiência social mais geral. Um dos traços que essas famílias e jovens detêm em comum é justamente sua origem nas camadas populares da população brasileira, diretamente impactadas pelas políticas sociais dos últimos anos no país, e particularmente no estado potiguar.

I

Em minha pesquisa de mestrado percebi que os conflitos familiares quando da assunção da transexualidade de um familiar da linha geracional mais jovem, particularmente meu interesse neste artigo, contavam com uma

aparência de destruição do grupo para os parentes a partir de dois elementos principais: “a mulher que não era mais mulher”, e a descontinuidade reprodutiva (social e sexual) da família que era interpretada como o resultado de sexualidades e identidades de gênero divergentes da heterossexualidade. Era assim que parecia para os pais evangélicos de Gustavo que, para se adaptar ao esperado de mulher cristã, frequenta a igreja, toca na banda de jovens, tenta “namorar homens” e não ser trans. Com 20 anos de idade na época de nossa entrevista, Gustavo, a quem conheci num evento de música na cidade, é o filho mais novo de um total de três irmãos. Ele me descreve cenas de tensões eclodidas com o anúncio da sexualidade lida como lésbica, e reorganizada conflituosamente com a projeção de “querer ser homem” para seus familiares, com a transição de gênero de sua experiência trans.

Essa *transição* para os homens trans não diz respeito simplesmente a mudanças corporais; na verdade, sua profundidade encontra eco na subjetivação, de modo que o corpo não é visto como a primeira instância na qual acontece essa “passagem”, mas na “consciência” ou “entre as orelhas” (REGO, 2015). E é se referindo a isso que Gustavo descreve que antes de transicionar de modo claro e consciente, entendeu que sentia desejo por mulheres, tendo buscando afirmar “em casa” que “gostava de meninas”.

Eu só falei que eu gostava de menina [para minha mãe], porque eu não tinha nem noção do que era ser lésbica. Eu tinha uma noção que era uma coisa errada porque a gente via assim, raramente, “é pecado, é fornicação, é prostituição”, aquela coisa de bíblia mesmo. Chegava um gay na Igreja e todo mundo, “ixe maria, pecado e tal, demônio nele e tal”, um monte de coisa. E eu, “mas gente, não é assim, não parece nada de diferente”. Então, eu não tinha realmente nenhuma informação, eu cheguei pra ela e falei: “Mãe, eu gosto de meninas”. Ai foi quando ela me forçou a ser hétero, como mulher. Tipo, meio que, “você não vai usar tal roupa”; ela me tirou da escola, eu perdi um ano e meio de estudos (Gustavo, entrevista, 2015).

Esse panorama no qual estão inseridas estratégias assumidas pelos pai, mãe e irmã de Gustavo, levando-o às atividades religiosas, restringindo-o ao ambiente doméstico, vigiando-o nas suas interações fora de casa, bem como demonstrando para o resto da rede de parentesco que ele estava sendo regulado, demonstra o forte viés performático desse vínculo que precisa ser reiterado dia-a-dia e seu caráter de reprodutor social de sujeitos. O sentido

particular disso se relaciona com o caráter de continuação que os filhos detêm a partir dos pais que, enquanto pontos originários, reconstróem e reconhecem uma maneira própria de relação com a filha agora filho à mãe e outra própria ao pai. É nesse sentido que Marilyn Strathern (2011, p. 246, tradução minha) se pergunta, se referindo à categoria *parent* em inglês, “como criamos conhecimento para nós mesmos?”. A autora percebe que obter o conhecimento da paternidade/maternidade como reconhecimento implicaria que o que é conhecido (a relação e os sujeitos nela) é anterior ao ato mesmo de conhecer. Não há relação pré-discursiva, fabricada e destinada antes das pessoas se darem conta delas para apenas “reconhecerem” seus *status*.

Doutro modo, Francisco, morador da Zona Norte de Natal, parte da cidade mais estigmatizada, também apresenta a seus familiares imediatos primeiramente dissensões relacionadas à sua sexualidade (isto é, enquanto *habitus* sexual). Os pais de Francisco se separaram quando ele tinha 10 anos de idade, e, após um período de guarda compartilhada informal entre a casa da sua mãe, que fora morar noutro estado, e a casa do seu pai e avós maternos, passa a morar com seus avós paternos. Sua avó aparece como uma figura parental importante, e com quem ele primeiro conversou abertamente em casa sobre “gostar de mulheres” e ser mulher lésbica.

Eu namorei 5 anos, que foi no processo da minha adolescência todinha eu estava namorando com a mesma pessoa, eu praticamente cresci do lado dela, né, então a minha família sempre aceitou bem e eu sempre fui assim. A partir do momento em que eu cresci e comecei a desenvolver a minha sexualidade eu falei “eu sou lésbica”. Eu já cheguei em casa e já falei porque na minha família por parte de mãe, ou por parte de pai eu sempre fui assim, eu sempre tive uma relação muito aberta com a minha avó, quando eu era criança se eu chamasse um palavrão eu ia chorando pra ela 'vô eu falei um palavrão'; tipo, nada eu escondo dela, então assim, eu falei pra ela 'vô, eu tô namorando' e ela 'com quem?', 'com uma menina lá da sala' (Francisco, entrevista 2015).

Ao que sua avó responde “tá bom”. Essa experiência pode ser vista de modo mais “brando”, se a compararmos com a trajetória de Gustavo. Contudo, Francisco obtinha de seu avô uma grande resistência silenciosa, quem demonstrava descontentamento sem precisar falar diretamente para ele. Ainda assim, Francisco coloca a identificação como ser lésbica enquanto um período de confusão de sua vida, de um acesso subjetivo desencadeado

pela ausência de possibilidades de se aproximar da categoria homem trans. Mesmo tendo a vida inteira, como me conta, estado mais familiarizado com comportamentos, roupas, e um desempenho sexual mais ativo e mais masculino, apenas vislumbrou ser um homem quando de seu contato com outro rapaz trans que estava presente em um grupo de discussão na Internet voltado para lésbicas. Ao pesquisar sobre transexualidade, algo que não fizera quando se colocava como lésbica, passou a entender o processo de transição e os avanços legais nesse sentido. E viu que obter de seus familiares imediatos o tratamento no masculino, como homem, seria um percurso identitário considerado mais difícil.

Aí, e até hoje na minha casa, a minha avó, os meus primos e tal, as minhas tias, ninguém, até mesmo o meu pai que me dá todo apoio e tal não me chama pelo o meu nome social. [...]. Talvez eles não entendam direito o que é ser transexual, que não está relacionado apenas a vestimenta, ao comportamento, enfim.... Eu tô nisso ainda, trabalhando essa parte com eles, né?! A única pessoa que me reconhece como Francisco na minha casa é o meu primo de 10 anos de idade (Francisco, entrevista 2015).

Francisco lidava com concepções presentes desde o seu nascimento no quadro familiar, e estava ciente disso; mas continua mostrando que vai insistir e esperar pelo tempo dos seus familiares.

Em casa, quando estou falando alguma coisa na primeira pessoa, né, eu falo no masculino, quando eu vou falar de mim eu falo Francisco e tal, me comporto como eu sou na rua, também não mudo o meu discurso e tal, não. A única coisa que falta mesmo é eles assimilarem isso. Eu acho que a medida em que eu for mudando de aparência e etc. e tal e for passando o tempo com a minha insistência de corrigir e tal, sem ser grosso, sabe?! [...]. Eu tô tendo um pouquinho de paciência nesse ponto aí com eles, porque antes de eu nascer eu já era aquilo pra eles, então é mais complicado. É como eu ouço falar muito, “a gente tem o nosso tempo, e eles têm o deles” (Francisco, entrevista 2015).

Diferentemente de outros interlocutores, Francisco não foi expulso de casa, mesmo que sua avó, tias, primos e seu pai não o tratem no masculino, ele participava do convívio familiar. Ele estava na época da pesquisa ainda no início da sua transição de gênero, já se hormonizava com testosterona sintética<sup>3</sup>, e as interações com seus parentes se davam de maneira

---

<sup>3</sup> Hormonização é um processo de administração corporal de hormônios sexuais sintéticos, aplicados para sanar o que se considera deficiência hormonal em homens com síndromes androgênicas ou mulheres em processo de menopausa, ou utilizados e indicados medicamente para masculinização ou feminilização no curso de transição de gênero. Para uma discussão sobre a construção social e política



incansável para mostrar sua masculinidade e seu pertencimento à categoria homem. Não mais como lésbica. Essas interações em família, nas quais gênero e sexualidade aparecem decisivas para um lugar de existência, estavam recriando um espaço para Francisco como primo, neto, filho e sobrinho.

Analisando um conjunto impressionante de etnografias na literatura antropológica, Marshall Sahlins (2013) demonstra que não há nada automático ao nascimento para o reconhecimento que possibilite uma parentela natural. Na reprodução sexual humana, simbolicamente formulada e culturalmente variável, existe, na verdade, uma avaliação diversa sobre os genitores. Até mesmo as substâncias orgânicas que prometem repassar a informação genética que ligue pai e filho trata-se de um código “para o qual aquilo que é concebido na procriação não é uma mera substância, mas *status* social” (p. 4, tradução minha). Além dessas substâncias “biológicas”, que enquanto prática social tem a pretensão de transmitir algo de essencial; segundo o autor, o compartilhamento de comida, habitação, cultivo da terra, entre outros, permite comungar do laço de parentesco.

É a agência humana que cria o que determina os elementos que são utilizados para explicar uma conexão que transcenderia os indivíduos, instando-os a uma ligação da qual não poderiam fugir, mesmo sob a ótica do insulto e da desonra que poderia explicar a separação física e afetiva. Buscando um modo de estabelecer o que há de comum em todas as relações de parentesco, Sahlins (2013) propõe vê-las em termos de uma “mutualidade do ser”, uma forma de relação que faz as pessoas estarem e serem intrínsecas umas às existências das outras. Seja por procriação, construção social, combinação, ou a modos interpessoais, consanguíneos, por afinidade ou descendência, tratar-se-ia de um pertencimento intersubjetivo, uma experiência local compartilhada na qual o campo do “indivíduo” isolado não faria sentido. A morte de um parente afeta outro de uma maneira

---

dos hormônios cf. Nelly Oudshoorn (1994), sobre a localização da hormonização por homens transexuais ver Henry Rubin (2003) e Francisco Cleiton V. S. do Rego e Rozeli M. Porto (2016).

devastadora, como se o próprio sobrevivente sentisse o morrer do outro, e cuja felicidade do viver seria alcançada pela vida plena do outro.

A relação de familiares imediatos com os quais homens trans detêm afeto e ligação econômica, até mesmo no sentido mais abrangente de toda a população de lésbicas, gays e transgêneros, expõe à flor da pele o caráter reiterado necessário às ligações entre os parentes. Não há “sangue mais espesso que a água” que obrigue *a* ou *b* de se manter relacionado nesse nível de conexão – ou afastado permanentemente por causa de uma cisão. E, assim, convicções religiosas podem ser utilizadas, junto ou como álibi, para naturalizar a diferença sexual como fator de manutenção do vínculo com um “filho” ou “filha”, “neto” ou “neta” ou outra forma de relação.

Se, como colocou Sahlins (2013), o nascimento não é um ato pré-discursivo, seus elementos existindo apenas no momento e de modo diverso; todo o processo de nomeação, uso da tecnologia médica e expectativas construídas para o bebê que já nasceu, na verdade, está construindo aquela pessoa antes dela existir fora da barriga da progenitora ou mãe. O elemento performático a que alude Sahlins para tratar essa continuidade reprodutora está centrado na dinâmica social, e não exatamente em atos individualizados, como a explicação acerca do processo incorporado de atos repetidos de Judith Butler (2002) focaliza, quando analisa a constituição da mulher por meio do que nomeia *girling*.

Nesse sentido, no caso dos homens trans, além de todo o processo à entrada na categoria “homem”, eles necessitam vencer, ultrapassar, o que acontece antes e imediato ao nascimento. Os pais de Gustavo não podem ser vistos como seres malévolos, é preciso uma compreensão crítica sobre as relações sociais que reproduzem “papeis” específicos na diferenciação dos homens das mulheres. A família é um grande vetor disso, mas não em termos “primários”, pois sua construção social necessita de uma *performance*<sup>4</sup> ao longo da vida dos sujeitos para que a relação seja constituída e não se rompa. Por isso que a transição de gênero desencadeia

---

<sup>4</sup> Ao falar de performatividade, gostaria, entretanto, de me distanciar da acepção individualizada de “ato” de Butler, e me aproximar de uma concepção manejada por Raewyn Connell (2012; 2014) que propõe ser resultado da transição de gênero uma mudança de posições na ordem social de gênero. As autoras têm focos diferenciados de análise, enquanto uma olha para a ação social, a outra está mais preocupada com uma dinâmica maior.

uma grande instabilidade social, mexe com concepções naturalizadas, e insta todos os parentes a transicionarem junto com a pessoa trans. Não para a transexualidade ou para alcançar um outro parente estranho, mas para outras posições, outras interações produtoras de intersubjetividades. Um dos grandes aspectos sociais da experiência da transição de gênero, e da própria experiência mais geral das transexualidades, não está localizado apenas nas zonas de discriminação e na constituição subjetiva e objetiva dos indivíduos, mas também nas formas de reorganização a que levam.

A “família” é trazida pelos homens trans como englobadora de toda a rede extensa de parentes ligados inicialmente por laços de consanguinidade, mas não vivendo na mesma habitação nem se referindo ao mesmo grupo de produção. Francisco descreve sua relação com o pai de maneira muito afetuosa, já com a mãe, mais distante; e muito embora ambos componham sua família, a profundidade da interação não é igual mesmo que não morem juntos. Apesar dessa diversidade de habitação e laço, que também se refere aos outros interlocutores, as famílias em questão são levadas a lidar com o trânsito de gênero, não importando qual seja a articulação que materializem. Seja pela negação que “silencia” as violências em curso, sem suporte para sua vivência e superação, seja pelo apoio emocional e encorajador à afirmação identitária e mudanças corporais.

Os parentes mais “imediatos” com dependência econômica e afetiva são erigidos como os mais importantes nessa consideração, aqueles que “criaram” os interlocutores – que não necessariamente será a mãe e/ou pai. Mas os demais, com convivência regular, mas tidos como mais “distantes”, tios e primos, opinam e intentam interferir nos apoios dos “imediatos” desde uma janela de regulação. Essa dinâmica se refere a um quadro de família popular a partir da minha pesquisa, portanto, não considero estendê-la a todos os espaços sociais de classe no âmbito natalense.

## II

Todos os interlocutores homens trans da pesquisa na cidade de Natal são provenientes de grupos de parentesco compostos de trabalhadores no setor de serviços como assalariados formais ou informais, e seus pais e avós ainda contam com uma baixa escolaridade – alguns semianalfabetos ou

tendo completado apenas o ensino fundamental. Além desses fatores, o enquadramento dessas famílias como populares se deve a sua confluência extensa de membros – em menor ou maior grau – que se ajudam mutuamente.

Luiz Duarte (1994) propôs que uma das características mais diferenciadoras desse estrato familiar estava no seu foco nas atividades domésticas e na rede de ajuda. É necessário ainda tornar mais evidente o grande dispêndio subjetivo dos parentes dessa camada social; essa rede extensa de familiares não apenas participa de processos de subjetivação trans, gay e lésbica, mas é um dos *loci* decisivos de conflitos e transformação política. A rede não está lá apenas para ajudar a sobreviver a cenários econômicos dispendiosos, está interessada em quem é o parente, ou em quem ele se tornou, principalmente porque isso parece indicar qual será seu futuro individual e o reflexo disso para o grupo familiar em termos subjetivos e sociais.

Eric Wolf (2003) mostra, nesse sentido, que os laços de parentesco em ditas “sociedades complexas” constituem um espaço de recursos a partir dos quais os sujeitos se projetam. Os indivíduos têm acessos diferenciais a recursos, o que corporifica manobras sociais bem divergentes para cada um de acordo com sua origem. A forma como o autor une provisão econômica, afeto e socialização é interessante para pensar as dinâmicas sociais, necessariamente ligadas a gênero porquê de parentesco, que homens trans estão envolvidos.

Francisco, já mencionado, que estava no início da sua hormonização e não detinha caracteres tidos por ele como inconfundíveis “de homem”, obtinha dificuldades para trabalhar fora dos empregos tidos como femininos. Não apenas porque os empregadores em potencial da cidade rejeitassem sua candidatura, mas porque “em casa” as ocupações eram avaliadas como “de mulheres” ou “de homens”. Sua única experiência até então tinha sido como vendedor de uma empresa de floricultura, dando cursos de capacitação para confecção de arranjos. Suas outras tentativas não tinham tido sucesso, ao que me descreve, principalmente porque o cenário de recrutamento o

obrigava a se colocar como mulher, seja na farda feminina, na função ou na apresentação em grupo quando da seleção para postos em hotéis.

Um dos eventos mais significativos disso, descrito por Francisco, se refere a uma vaga de carregador numa empresa de construção civil próxima a sua casa. Sua avó e seus familiares mais extensos impediram que ele conseguisse o trabalho, ao que ele analisa como tendo um viés forte de integração entre corpo e capacidade ligada ao gênero.

Já surgiram várias oportunidades de emprego, por exemplo, tem um primo meu muito próximo que ele frequentava muito a minha casa lá no Igapó, né?! E surgiu uma vaga dele que eu fiz muita questão de ir. Ele saiu desse emprego porque era muito frescuroto, “ah! Não quero mais porque fica no sol”. E eu queria muito porque eu queria afirmar que eu era capaz de fazer aquilo; se eu não me engano era fazer cobertura com essas telhas, assim, entregando telha pro cara, levando o carro de mão, essas coisas. E ganhava um dinheiro bom e eu tava precisando muito de dinheiro e a minha avó queria que eu trabalhasse. Eu falei pra ela que eu queria esse emprego, que era pra ela falar com o cara lá que era amigo da família. Ele quem tinha colocado o meu primo, ele era da minha idade e ninguém aceitou de forma alguma. Eu insisti, insisti, insisti, mas ninguém quis deixar porque “ah! É trabalho de homem”, tá entendendo? Então isso me atingiu de forma gigantesca (Francisco, entrevista 2015).

Assim, as condutas estavam reguladas de acordo com o “papel” esperado por cada um no escopo da família. Mesmo que houvesse a necessidade financeira do trabalho, ele não poderia ser qualquer um. Quando pergunto se ele tentou ir à empresa falar com o proprietário, ele mostra que o dispêndio físico para o serviço estava colocado fora de suas capacidades, mesmo com todos os canais de influência possíveis – o principal aí, o corpo e a identidade necessários, não.

Porque assim, [o empregador] era amigo da família e tipo, ele tinha chamado o meu primo por ser amigo da família e tal e por saber que estava precisando de trabalho chamou. [...]. E como [meu primo] era da minha idade, 16 pra 17, não era nem aquele trabalho ‘aaah!, aquela coisa toda’. Era só pra dar aquele auxílio mesmo e ganhar um dinheirinho. Ele chamou o meu primo, o meu primo quis sair e eu quis ir, falei com a minha avó para falar com ele, falei com ele e tal. Só que ele [o empregador] falou: “beleza, se surgir alguma coisa”. Só que ele, sabe? A minha avó não queria porque era coisa de homem “não, você não vai aguentar, não”. Entendeu? (Francisco, entrevista 2015).

Não como um grupo natural, Wolf vê a família com certa capacidade e alcance funcional para poder explicar sua existência. Ela une funções tais como provisão econômica, socialização, troca de serviços sexuais e

concessão de afeto. Assim, se os homens trans em questão têm que lidar com um escopo familiar que não lhe propicia os recursos necessários à transição de gênero e o enfrentamento aos preconceitos diários, eles têm um trabalho triplo imediato “em casa”: a) manter recursos à sobrevivência cotidiana básica, b) e para transicionar seus corpos e c) sensibilizar sua família acerca da legitimidade e normalidade de sua identidade de gênero divergente ao nascimento, inclusive se o convívio não mais se dê no mesmo teto.

Mário, diferente de Francisco, já saíra de casa mais cedo para poder vivenciar sua sexualidade e identidade de gênero, principalmente devido ao conservadorismo de seu pai que, quando soube da transexualidade do filho, isto é, de suas “pretensões de ser homem” aos seus olhos, saíra de casa armado à sua procura sem encontrá-lo. Morar com um amigo dividindo as despesas, ao se empregar, foi a saída que Mário encontrou para “fugir” dos marcos regulatórios do parentesco, no seu caso trazido muito mais no âmbito nuclear. Mas não sem adversidades, os empregos que encontra são como “vendedor de porta-em-porta” e em *call centers*<sup>5</sup>.

Na [Empresa X] eu não tive problema. Eu tinha problema, por exemplo.... A época da [Empresa] foi uma época onde eu estava com o pé assim na vida trans assim, porque foi a época que eu cortei meu cabelo, que eu comecei a usar roupas mais folgadas e tal. Eu tinha problema de me apresentar nas pessoas pra vender o produto. A minha dificuldade na verdade era essa. O trabalho em si, não. Mas pra vender o produto era uma dificuldade. [...]. [As pessoas] não conseguiam olhar pra mim numa forma que eu passasse respeito, e eu não passava credibilidade por ser assim... Pela minha condição (Mário, entrevista 2015).

A procura pelo emprego é uma preocupação constante dos interlocutores, levando-os a conciliar quando possível emprego e estudos. Mário e André estudavam em cursos superiores, ambos em faculdades privadas (que também já chegaram a trancar por não conseguir pagar); Benjamin estava num curso técnico na área de informática; Francisco, Jorge estavam desempregados e não tinham ingressado no nível superior, e Gustavo trabalhava como vendedor de loja e também não estudava em nenhum curso superior, embora tivesse finalizado o ensino médio. O

---

<sup>5</sup> Empresas “call center” são serviços de ligação para venda de produtos ou serviços de atendimento ao cliente por telefone.

investimento em educação poderia ser um luxo ou uma atividade concomitante ao trabalho.

Nesse sentido, a dimensão do trabalho e do emprego surge como uma força altamente regulada pelas relações de parentesco que os homens transvivenciam. Além do dispêndio financeiro para a transição e a sua manutenção hormonal e acompanhamento médico, há o dispêndio para alimentação, vestimenta, moradia, etc., isto é, os recursos básicos de manutenção doméstica. Contudo, o âmbito do trabalho constitui uma ponte para superar a expulsão da convivência familiar quando ela acontece, mesmo que haja um baixo salário e condições precárias.

Benjamin tinha apenas 14 anos de idade quando teve que sair de casa. Sua história é um caso extremo com que me deparei na pesquisa, muito embora tenha havido outros interlocutores expulsos de casa, a feição de sua experiência ganha tons dramáticos pela proximidade temporal e pelos arranjos que teve que erigir nessa trajetória em direção à construção de si. Ele nasceu e viveu até o período da expulsão numa cidade no interior do Rio Grande do Norte de quase três mil habitantes. Quando contou para sua mãe que gostava de meninas e que era um menino, deu início a um conjunto de transformações em sua vida.

No interior eu vivia com a minha família biológica, mas quando eu cheguei e me autoafirmei como Benjamin, eles falaram que eu não tinha mais família, que eu não tinha mais mãe, eu não tinha mais irmãos, eu não tinha mais nada, que não queria saber, que eu deveria procurar outra pessoa pra viver, isso com 14 anos. Enfim, eu não desisti e minha tia que hoje é praticamente a minha mãe me adotou entre aspas, não em documentos e essas coisas e tal, mas enfim, ela cuida de mim até hoje (Benjamin, entrevista 2014).

A tia que Benjamin descreve não tem nenhum vínculo de consanguinidade com ele, se trata de uma amiga da sua família de origem que o recebeu em Natal quando ele saiu de casa. Ele a considera uma tia do coração, que o adotou, constituindo a relação de afetividade e apoio econômico com formas de parentesco. Contudo, ele não deixou de ter contato com sua mãe, que passara a entrar em contato por telefone para saber se ele “estava bem”, a chamando de filha. Em sua construção narrativa, Benjamin mostra que sua mãe o tomava como lésbica, e colocava

a sua permanência no parâmetro da diferença sexual naturalizada como condição para acessar recursos familiares.

[Minha mãe] falou que eu ia pro inferno, que não queria um demônio dentro de casa, que não tinha criado uma menina pra depois virar um macho, que eu viesse embora, que não queria mais saber de mim, essas coisas. E, se eu quisesse ficar com alguma coisa da família, assim do meu pai, porque o meu pai quando morreu deixou pensão pra a gente, se eu quisesse ficar com alguma coisa eu teria que mudar e se eu não mudasse eu não ia ter direito a nada. Ela falou cosas horríveis no sentido também de que as pessoas não iriam me aceitar de forma alguma, de que eu não iria passar por Benjamin em nenhum lugar. Ela comparou muito a questão da homossexualidade porque pra ela só existem *gays* e lésbicas, entende?

Como Benjamin colocou no começo da nossa primeira entrevista gravada, ele não desistira após a expulsão de casa. E, após alguns empregos precários, consegue se estabelecer numa empresa de *call center* na cidade de Natal. Sua transição corporal, principalmente no que compete a hormonização, avança com o acesso ao plano de saúde que agora detém por causa do trabalho assalariado, chegando a ter uma mudança que o deixara com barba, voz mais grave e outros atributos que perseguira. Quando pensava em escrever esse artigo, o encontrei ao acaso pela cidade, ao que me conta ter ido visitar sua mãe e irmã na sua cidade de origem. Mas, ele me olha e diz que “não é a mesma coisa”. Sim, eles são seus parentes de sangue, essa ligação parece ser irrevogável, é sua mãe, afinal de contas. Mas há algo perdido, profundamente desestabilizado; como se a visão se tornasse quase opaca.

Uma das formas principais de superar essa constância de dramas em sua vida familiar esteve centralizada na capacidade de Benjamin, assim como outros interlocutores, em construir novas relações que o inserisse numa convivência fraterna, de ajuda mútua e de significado sobre seu lugar no mundo. A busca por emprego é um desses mecanismos de reinserção, mesmo que não tenha havido a expulsão familiar, como vimos. Mas, as relações de amizade, personificadas amplamente no curso do ativismo político por direitos é um grande mote de se recomeçar a vida como homem e trans, de modo a poder encontrar formas reconhecíveis de se nomear e existir. Movimentos intersubjetivos esses que ganham formas e conteúdos próprios ao parentesco.



### **Homens trans na cena LGBT natalense: amizade e ativismo político**

Historicamente tem se descrito ambientes de sociabilidade e organizações ativistas como lugares privilegiados de interação e integração de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros como meios de resistência política, ajuda mútua e reconstituição social de suas identidades e práticas de desejo face aos conflitos engendrados em casa e em espaços institucionalizados. A evidência preponderante tem sido dada a homens gays e a travestis, principalmente com a epidemia do HIV/AIDS, e a mulheres lésbicas em menor número. Quanto aos homens trans, a entrada na cena LGBT é um dado recente aos estudos sobre a população no Brasil, que tem protagonizado uma emergência enquanto movimento social e categoria identitária parte da sigla.

Na pesquisa para minha dissertação de mestrado observei que os homens trans construíam verdadeiras relações de alteridade com rapazes que já haviam vivenciado a transição de gênero. Era com eles, através de fóruns *online* que acessavam informação médica e socioantropológica sobre a transexualidade, e que lhes possibilitava encarar suas dúvidas e conflitos acerca de suas identidades de gênero. Doutro modo, o contato com figuras presentes na mídia também eram vias importantes para projeção de si mesmos. O personagem Max Sweeney, na série de TV “The L Word”<sup>6</sup>, que no começo da história era uma lésbica e que se descobre transgênero; a publicação e divulgação do livro autobiográfico de João W. Nery, conhecido como o primeiro homem transexual a fazer modificações corporais em solo brasileiro; e uma ou outra amiga lésbica do grupo de bate-papo na Internet que transiciona foram pontos de identificação que deram ferramentas para entender a transexualidade para boa parte dos interlocutores. Era um terreno de incertezas por todos os lados, incluindo a atenção à saúde brasileira que apenas em 2013 passou a contar com uma especificação ao atendimento de homens trans – Bento (2006) demonstra que eram tidos como casos clínicos raros à medicina *psi*.

---

<sup>6</sup> *The L Word* (2004-2009) é um seriado dramático da televisão a cabo dos Estados Unidos, criado por Ilene Chaiken. Foi exibido pela emissora Showtime nos EUA e pela Warner Channel no Brasil, que o reprisou. Retrata as histórias de vidas de um grupo de mulheres lésbicas e bissexuais na cidade de Los Angeles, na Califórnia. Deteve ao todo seis temporadas e setenta episódios.

Mas, com o processo de transição de gênero, como homens trans que detinham uma entrada enquanto lésbica se reinserem e participam na cena LGBT? Ou, quando essa inserção já se dá como homem trans, o que acontece? Sejam as interações constituídas em bares e boates, ou o convívio do movimento social, constroem-se modos de sociabilização que dão espaço para uma subjetivação de homem e trans fora da moradia com os familiares. Contudo, esse contexto necessariamente se reveste de forma e/ou conteúdo de parentesco? As relações de amizade (e ativismo) entre homens trans, ativistas ou não, sempre se referem a novas formas de família? E qual a particularidade de toda essa dinâmica trans na cidade de Natal?

I

Natal foi uma cidade colonial quinhentista, seu crescimento desde então se deu de forma desordenada e modesta até a década de 1940. Nesse período, a Base Aérea de Natal foi construída para dar vazão à entrada do Brasil no grupo dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Evento que desencadeou uma expressiva urbanização e aumento populacional, principalmente devido aos fluxos migratórios do interior do estado (Natal, 2015). Edmilson Lopes Júnior (1997), em sua tese de doutorado, mostrou que a cidade foi reestruturada espacialmente nos anos 1980 com o intuito de entrar no circuito turístico do Nordeste, processo que nomeou de “urbanização turística”. A indústria hoteleira se concentrava, e ainda se concentra, na região de Ponta Negra e Via Costeira, de modo que as passagens e as paisagens materializam uma “cidade do prazer”, segundo Lopes Júnior. Durante muito tempo, quando o Aeroporto de Natal esteve localizado na cidade de Parnamirim, o visitante entrava e saía da capital potiguar sem grandes chances de conhecê-la para além da Zona Sul, que estava preparada para o consumo.

Desse modo, se constituiu grandes bolsões urbanos de moradia, nos quais as populações mais pobres da cidade foram empurradas para a Zona Norte, região que foi investida de estigma devido ao número de favelas que concentra, e até tempos recentes, por sua parca infraestrutura urbana em termos de vias, faculdades, *shopping centers*, grandes supermercados, entre outros. Se o governo do estado do Rio Grande do Norte costuma ser acusado

pela população do interior de “só cuidar de Natal”, a Prefeitura da capital ainda é arguida no mesmo sentido pelos “moradores da zona norte” – uma categoria complexa usada pelos seus nativos e por outros natalenses, que aglutina todos os bairros da região, demonstrando *status* diferenciado. A oposição Zona Sul/Zona Norte mascara ainda a precariedade de outras partes da cidade, como Oeste e Leste. Isso importa saber porque grande parte dos locais de sociabilidade LGBT se concentram na parte sul, demandando dos moradores de outras zonas locomoções dispendiosas e a produção de outras formas de interações.

Como se pode perceber na primeira parte do artigo, homens trans não cansam de narrar histórias próximas ao conservadorismo religioso do contexto familiar, que liga homossexualidade ao mal e à destruição da família, e transexualidade, quase sempre invisibilizada entre a camada mais pobre da população, a formas variadas ser gay ou lésbica, de “querer ser homem” ou “querer ser mulher”. Muitas vezes fica na entrelinha que o alinhamento trans poderia trazer um novo ordenamento que a homossexualidade poderia ter desestabilizado. Assim, moradores da zona norte, por exemplo, se movem à zona sul em prol de conhecer outros sujeitos LGBT e de vivenciar maneiras de sociabilidade e ativismo, dando à cena urbana natalense formas dinâmicas de reapropriação da cidade. Se, como mostrou Isadora Lins de França (2007), os ambientes de festas e diversão podem ser lugares nos quais os códigos heteronormativos são despídos para dar espaço a códigos fora desse marco regulatório, de que maneira homens trans, que podem se reapropriar da heterossexualidade em moldes trans, compartilham desses códigos?

As casas noturnas abrem e fecham com muita regularidade em Natal. Escuto histórias de espaços que não existem mais e que foram palco de sociação – modos por meio dos quais a interação acontece – importante para gays, lésbicas e travestis. Bares como “Feitiço”, de público lésbico majoritário (ARAÚJO, 2009), a “antiga Vogue do Alecrim” e “o antigo Galpão 29” na Ribeira perpassam as narrativas da cena noturna LGBT natalense de outrora. Contudo, esse cenário parece se dissipar e constituir uma cena muito mais capilarizada. Casas como o “CasaNova Eco Bar” voltada ao

público, recentemente formalizara não ser um “espaço GLS”, a Vogue que se mudou do Alecrim para Neópolis, e o seu vizinho, o bar Donana, concentram os espaços atualmente e não têm unanimidade como bons lugares para se divertir. Outro bar de notoriedade crescente é o Ateliê Bar, que como percebo, ora comporta “festas hétero”, ora “festas gays ou LGBT” a partir do público majoritário numa ou outra noite. Contudo, outros bares administrados por mulheres lésbicas começam a aglutinar públicos LGBT mesmo que o empreendimento não faça uma propaganda específica para essa população, criando um circuito mais disperso e “camuflado”.

No percurso da etnografia sobre as experiências de transição de gênero de homens trans observei que esses “lugares LGBT” não faziam parte de suas interações de convivência e diversão como para travestis e mulheres trans. Isso se devia, em grande parte, ao extremo desconforto que poderia ser acarretado pela solicitação de um documento oficial com o antigo nome de registro, e a momentos descritos como de “transfobia”, nos quais os funcionários das casas os tratavam como mulheres lésbicas. Assim, é a própria cidade o espaço de sociabilidade, de interação; seja no estacionamento do Supermercado Carrefour, que detém uma grande vista da cidade, indo a bares comuns, aos *shopping centers* da cidade, às praias, reuniam-se para beber e/ou conversar sobre suas transições, suas famílias, namoros, entre outros assuntos diversos muito além da experiência da transexualidade.

Com isso, poderíamos nos perguntar se o cenário de sociabilidades que homens trans se inserem permite falar em novas constituições de parentesco além da família de origem. A amizade enquanto uma emoção social e uma relação na qual os sujeitos podem demonstrar ser quem são (Rezende, 2002), ao contrário do que muitas vezes é possível em casa, é uma ligação tão construída quanto à relação entre pai e filho. São os símbolos acionados para explicar essas relações, e a interação contínua que lhes movem à atmosfera de permanência, de irrevogabilidade. São os sacrifícios e/ou a ajuda mútua que as pessoas fazem umas pelas outras que parecem soldar os contatos entre homens trans, isto é, a receita de testosterona repassada para o outro, o abrigo em casa quando expulso pela família, entre

outros, são peças fundamentais nesse convívio que pode ou não perdurar. Assim, a amizade pode ser ou não uma nova forma de estar aparentado, podendo ser mais forte do que com alguém do mesmo sangue. Isso não significa que a amizade seja sempre uma forma de parentesco, mas que ela detém um forte potencial para sê-lo. A reconstrução de redes de afeto e ajuda mútua entre homens trans pode culminar em parentesco, grupo doméstico ou apenas amizade.

Kath Weston (1991) em *Families we choose*, realiza numa longa pesquisa repensando o parentesco estadunidense nos arranjos construídos por homens gays e mulheres lésbicas. Em grande parte, influenciados pelo abandono familiar devido as suas homossexualidades, e ao amparo demandado no contexto da epidemia de HIV/Aids. Ai, figuras surgem através da linguagem do parentesco, como a “mãe lésbica”. As *famílias escolhidas* descritas por Weston são feitas de amigos e amigas, pessoas que partilham do deslocamento desencadeado em suas vidas por causa da erupção de identidades sexuais. Relações e atividades comumente atribuídas à concepção formal e clássica de “família” e “parentesco” como ligadas a família de origem de vínculo consanguíneo são retrabalhadas noutras perspectivas de compartilhamentos.

Entre homens trans, esse processo de compartilhamentos que cria vínculos não apenas entre eles, mas também junto a travestis, mulheres trans e gays e lésbicas, está fortemente incutido na dinâmica do ativismo social por direitos frente ao Estado. O acesso à saúde, à requalificação civil e à renda são importantes motes que movem as demandas desses rapazes na militância, de modo que as trajetórias são repartidas entre eles, tanto para disseminar informações médicas sobre a transição e a busca por direitos na justiça, como na disseminação da categoria homem trans como baliza identitária.

Os vínculos podem parecer mais fortes entre ativistas, que desembocam à sociabilidade mais festiva no âmbito da cidade. Se, o ativismo em torno do HIV/Aids, a própria epidemia, e a expulsão familiar criaram o espaço proficuo para vínculos de parentesco como descrito por Weston, a transição de gênero, sua necessária assistência médica, o ativismo e a não

compreensão familiar a respeito da transexualidade constituem o cenário de vínculos entre homens trans e outras pessoas da população LGBT. Berenice Bento (2006) nomeou essas relações de “comunidade emocional”, numa clara alusão a Max Weber; contudo, quero chamar à atenção para o potencial que essa coletividade tem de criar não apenas laços comunitários, mas de família.

## II

Não havia até 2014 nenhuma organização de homens trans na cidade de Natal. No curso daquele ano quando me preparava para construir contatos com esses sujeitos para minha pesquisa conheci uma ativista travesti que me apresentou alguns desses interlocutores em potencial. Na verdade, foi sua intermediação entre nós que propiciou a reunião para construir o primeiro núcleo de ativismo nesse sentido. Miranda marcou todos nós numa publicação no Facebook, e com poucas semanas nos encontramos numa sala de aula da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Estavam presentes homens trans e outros ativistas que iriam repassar suas experiências de militância. Alguns daqueles que se tornariam colaboradores da pesquisa ainda não se conheciam, outros apenas pela Internet, ou já mantinham uma amizade de longa data. Quando Miranda, que liderava a reunião, propôs que cada um se apresentasse e dissesse se era cis (não trans) ou trans, se seguiu um conjunto de narrativas sobre descobrir a si mesmo em exames subjetivos.

A hormonoterapia dos meninos trans ocupou boa parte das conversas. Foi levantado a necessidade de um “ambulatório TT” em Natal para atendimento da comunidade trans local. Para os meninos é mais difícil conseguir se hormonizar; enquanto a menina trans consegue ir facilmente à farmácia e comprar um anticoncepcional e se hormonizar. Era o consenso geral. (Diário de Campo, out 2014).

As mulheres trans, assim, detiveram uma forte atuação no início do movimento, como Miranda constatou ao se comparar com outra mulher trans em Recife.

Miranda discursou à frente da sala de aula onde estávamos sobre o protagonismo da própria luta que os meninos deveriam assumir no futuro próximo. Ela estava ali apenas ajudando no começo, mas iria se retirar posteriormente. Ela então avisa que uma diretoria deveria ser escolhida em forma de colegiado, e que cada um dos homens trans

deveria ocupar um cargo, seja presidente, secretário, articulador de políticas para o interior, etc. (Diário de Campo, out 2014).

A reunião não chega a escolher os ocupantes desses cargos naquele dia, deixara para fazê-lo posteriormente quando estivéramos num bar na zona sul da cidade. Contudo, mesmo antes dessa liderança ser definida, encontros eram marcados para compartilhar dificuldades cotidianas e para diversão. A militância passa a fazer parte de suas vidas, levando-os a congressos de ativistas, a repensar suas próprias vidas e a ações de conscientização em vias estratégicas da capital. Assim, aos poucos, o ativismo se torna um importante *locus* de acolhimento, de cuidado, como Francisco coloca: “eu acho que toda a militância social ela tem que seguir uma coisa de acolher, né?! E, toda a militância radical que exclui pra mim é inválida”. Ele coloca que poder se relacionar com ativistas foi decisivo para se encontrar, para não existir mais sozinho.

Cara, aqui no Rio Grande do Norte tinha um déficit muito grande de militância nesse âmbito de transmasculinidade porque, como eu te falei, eu iniciei [a minha transição] sozinho mesmo. Então foi uma coisa só que falo aqui; não tem contato físico, não me encontrava, não via e tal, mas [transicionei] com a ajuda dos meus amigos de outros estados. Então assim, com o tempo depois que eu fui entrando na militância e me interessando pela militância eu fui vendo qual era a importância disso porque muita gente começou a me agradecer (Francisco, entrevista 2014).

O movimento social adquire uma importância de ajudar o outro, de entender os próprios direitos. Francisco se refere grandemente ao compartilhamento de informações sobre a transição de gênero e sobre ajudar o outro a se entender, a fazer o outro pensar se era realmente homem trans.

Tipo, só uma pessoa trans mesmo para saber o quanto é difícil você passar a sua vida toda sem você [mesmo]. É tipo assim, por exemplo, você é uma pessoa homossexual sempre vai ter um amigo [...] onde você vai compartilhar as suas frustrações, as suas experiências. E tipo, eu não tive isso, toda a minha construção assim, de saber o que fazer, o meu primeiro passo, talvez até por isso eu demorei tanto pra começar a minha hormônio-terapia, pra ter certeza do que eu queria porque era só eu, era só uma cabeça pensando e eu não tinha exemplos próximos. [...] Era horrível porque eu não tinha, por exemplo, como hoje a gente tem um evento e vai os meninos trans lá, tá entendendo? Vai gente lá discutindo sobre os nossos assuntos e *antes era só o meu assunto e não tinha assunto com ninguém e ninguém ira me compreender jamais*, então é assim como eu falei pra você. *A militância me mudou, mudou a forma de eu enxergar o mundo, sabe? Porque eu via o mundo de uma forma muito limitada e hoje eu procuro ver tudo de uma forma mais liberal. Pra tentar compreender sempre, tentar lidar com a diferenças né, porque a gente sempre fala:*

*“não, eu não tenho preconceito e tal”, mas a gente sempre tem preconceito, sempre tem essas coisas internas que foram construídas ao longo da nossa infância e adolescência que ficam na nossa cabeça. Agora que eu estou conseguindo identificar onde é que tá as problemáticas do meu pensamento e neutralizá-las através da militância (Francisco, entrevista 2014).*

Se o parentesco é um conjunto de relações que forma o sujeito em sua acepção mais básica, como nas assertivas presentes no senso comum, a militância descrita por Francisco propiciara o “abrir das mentes”, uma reconstrução, principalmente por meio da proximidade experiencial que mesmo sem fisicalidade ajudou a constituir exames subjetivos sobre si mesmos. A vida já não era a mesma porque Francisco detinha amigos em lugares diferentes do país, amigos com quem podia contar em tempos adversos mesmo que fosse apenas para uma conversa. A constituição de uma rede de amigos via ativismo político se alicerçava para além do ambiente físico.

Antes de eu entrar pra militância eu não tinha um amigo que eu gostasse mesmo, que eu amasse muito, tipo, na Bahia, em Minas, no Rio, em São Paulo e depois da militância eu pude ter isso se eu pegar e colocar uma mochila nas costas e for de carona pra Bahia eu vou ter lugar e comida, tá entendendo?

Nesse sentido, a saída do grupo familiar de origem, seja por meio de expulsões ou enquanto um “afastamento subjetivo”, de procurar referências em outros lugares, não formaliza uma exacerbação do individualismo. Move-se para outras coletividades, contradizendo inclusive a acepção de que na modernidade as pessoas se afastariam das relações primárias de parentesco que não deteriam de tanta influência em questões mais pessoalizadas (BESTARD, 1998). Se, segundo Joan Bestard (1998), o parentesco se estabelece como uma relação baseada nos princípios de pertencimento, diferença e assimetria, de modo que as relações sociais mais gerais da cultura estão mescladas com os símbolos do domínio do parentesco, então, o ativismo social de homens trans pode constituir uma família. Não nos moldes totais de uma concepção de sua feição como laço consanguíneo e convivência na mesma habitação, composta por pai, mãe e filhos, mas enquanto um conjunto também complexo de redes de interação nas quais sujeitos podem criar vínculos tão fortes que tornam o outro irmão.



Inclusive, os termos diferença e pertencimento quanto ao parentesco são evidentes nas relações conflituosas que resultam em segmentação de grupos de ativismo, como aconteceu com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT-RN) que passou a contar com a Associação de Homens Trans Potiguares (HTP) – mais recentemente há também o grupo de Atrevidos, núcleo de homens trans do Movimento Atrevida do RN, que conta com travestis e mulheres trans. E por último, a maneira de organização, por mais que não reproduza a forma de uma empresa ou de um grupo doméstico mais nítido, pode estabelecer cargos e níveis de ação, dando vazão para algum tipo de assimetria.

Toda essa dinâmica militante esteve durante muito tempo centralizada nas questões do reconhecimento, principalmente porque os interlocutores estavam majoritariamente no início das transições de gênero. Mesmo o trabalho, o acesso à renda e a sua regulação pela família de origem dos homens trans ser uma matéria constante, as ações políticas não entravam nos termos redistributivos para gerar outras formas de renda. Contudo, atualmente, outras portas têm sido abertas pelos ativistas natalenses; com reuniões promissoras com órgãos estaduais, as publicações de portarias sobre programas de saúde voltado para pessoas trans e outras políticas crescem em evidência e parecem prometer novos rumos.

### **O lugar das políticas sociais na reorganização das relações familiares de origem popular**

Tratar do parentesco nas vidas trans leva-nos a considerar obrigatoriamente questões de classe, mas não de modo determinante isolado. O significado de ter uma filha e posteriormente encarar a sua transição de gênero para filho pode apresentar uma desestabilização das relações que deram sentido até ali às vidas dessas pessoas, imbricando um rearranjo que, para muitos familiares, pode parecer impossível. As formas como as famílias lidam com as transições dos homens trans mostram ainda a efetividade que o parentesco mantém no ordenamento das relações sociais, dos acessos a recursos e da subjetivação das pessoas. Culminando, portanto, num importante *locus* de pesquisa antropológica tanto no que se

refere a sua atualização teórica como ao entendimento da profundidade da vulnerabilidade social desses sujeitos.

Essa vulnerabilidade não está balizada apenas na erupção de concepções naturalizadas da vida humana, que colocam a diferença sexual como inata e irrevogável vontade divina ou que coloque a verdade dos sexos incutida em hormônios e cromossomos. Ela está alicerçada na desigualdade em termos de renda e acesso a recursos que diferenciam as pessoas trans na arena social. E as relações familiares desses sujeitos é um ponto de partida importante que irá enquadrar as estratégias que terão que empreender não apenas para transicionar, mas para se alimentar, ter um teto sob suas cabeças, acessar cuidado em saúde, a educação e a interações que parecem bobas, mas que ganham contornos dramáticos para aqueles que são acusados de não serem homens de verdade. Isto é, ter ou não que trabalhar para aliar questões básicas de subsistência e transição de gênero (principalmente no campo da saúde e da requalificação civil).

Assim, homens trans que vivem em Natal enfrentam esse cenário de modo desafiador. A capital e o próprio Rio Grande do Norte se caracterizam com uma enorme concentração de renda, na qual apenas 20% dos mais ricos detém quase 70% da riqueza produzida no estado. Aliado a isso, políticas sociais estaduais no âmbito da educação, saúde, habitação e assistência social seguem inexistentes para propiciar acessos democráticos à população (SPINELLI, 2013), mesmo diante de medidas federais que aumentaram as vagas e as universidades, os programas de habitação popular e de redistribuição de renda nas últimas décadas.

As políticas no campo específico da população de gays, lésbicas, transexuais e transgêneros seguem ainda mais inexpressivas no estado, o que não deixa de se opor ao cenário federal que apesar de lançar programas de governo mencionando direitos LGBT não os efetivou de fato (Mello *et al.*, 2011). Os planos quadrienais de saúde potiguar desde 2008 até 2016 não mencionam nenhuma ação voltada a saúde dessa população, nem mesmo as que se referem a promoção do cuidado à infecção do HIV/Aids – constando apenas quando da eliminação da infecção vertical de mãe para filho (RN, 2008, 2012, 2016). O único plano de educação natalense, que está em vigor,

também não se refere a nenhuma atividade ou princípio de combate ao preconceito no ambiente escolar e organizacional, configurando uma fuga discursiva quando trata apenas vagamente e raras vezes da “igualdade de direitos” dos norte-rio-grandenses. Em 2011, na gestão do governo Rosalba Ciarlini (DEM) foi desativado, por exemplo, o Centro de Referência do estado (SPINELLI, 2013), ainda fechado atualmente.

Assim, orchestra-se no ambiente público e privado um entrelaçamento do não reconhecimento nem da redistribuição de renda da população LGBT como um todo. A alternativa que resta aos homens trans, e à resistência que empreendem, está em formar um acolhimento na constituição de ajuda mútua, unindo afetividade e apoio material para enfrentar o não acesso a recursos de diferentes ordens que lhes possibilite entrada nas disputas que envolvem a vida coletiva. A cidadania, nesse sentido, está incompleta; como vimos, ainda fortemente delineada quando existem relações de parentesco que auxiliem os homens trans a se posicionarem em novos espaços na ordem de gênero recortada pela classe. Colocando, assim, fortes entraves à mobilidade de homens trans de classes populares mesmo face ao cenário nacional de ascensão social.

Entretanto, cabe repensar outro fator que produziu positivities relativas à ascensão social no contexto natalense. Apesar de políticas no âmbito municipal serem inexistentes até o presente momento, a expansão da educação pública no Rio Grande do Norte, com o aumento de vagas nas Universidades trouxe ao movimento trans uma amplificação que propiciou o desenvolvimento de categorias disponíveis para um conjunto amplo da população trans, os homens trans. Mesmo que nem todos acessem universidades públicas, sentem seu reflexo.

Assim, o artigo pretendeu demonstrar tensões mútuas entre ascensão social, transexualidade e relações familiares de homens trans em seu contexto de reorganização familiar desencadeado pela luta por reconhecimento. A reflexão aponta, portanto, para a importância socioantropológica das políticas sociais em terem dado voz e espaço de mobilização para pessoas às margens da sociedade em diferentes escopos. Com isso fica ainda mais exposto que há uma centralidade imprescindível

relativa a pesquisas sobre acesso à renda, empregabilidade e políticas sociais voltadas à população trans brasileira.

### Referências Bibliográficas

ANDION, Carolina; SERVA, Maurício. **Uma delimitação do campo da economia social no Brasil**: história, correntes e atores. Trabalho apresentado no 30°. Encontro Nacional da ANPAD, 2016.

ARAÚJO, Fabiola T. S. **Etnografia da noite**: sociabilidades lésbicas, produção de sentidos e espaços no Bar Feitiço em Natal. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

ÁVILA, Simone N. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem**: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

BENEDETTI, Marcos R. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo**: gênero e sexualidades na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BESTARD, Joan. Introducción. In: **Parentesco y modernidad**. Barcelona: Paidós, 1998.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CARDOZO, Fernanda. Parentesco e parentalidades de travestis em Florianópolis. **Cadernos NIGS Pesquisas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2010.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 4, n. 2, 2014.

\_\_\_\_\_. Transexual Women and Feminist Thought: Toward New Understanding and New Politics. **Signs**, v. 37, n. 4, 2012.

DUARTE, Luiz F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I. (Org.). **Família e sociedade brasileira**: desafios nos processos contemporâneos. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994. pp. 23-41.

FRANÇA, Isadora L. Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 28, 2007.

LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda *versus* investimento social. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 6, 2007.

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara; VEIGA, Alinne. Bolsa-família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Población**, RELAP, Asociación Latinoamericana de Población, año 6, n. 10, 2012.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. **A construção social da cidade do prazer**. Urbanização turística, cultura e meio ambiente em Natal (RN). Tese de doutorado, Universidade de Campinas, 1997.

MARQUES, Rosa M.; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2007.

MELLO, Luiz *et al.* Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 9, 2011.

MOREIRA, Edison. Um olhar sobre a atual situação da política habitacional no Brasil. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, 2013.

NATAL. Prefeitura de Natal. **Documento Base Plano Municipal de Educação 2015-2025**, Natal, 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Educação 2015-2025**, Natal, 2015.

OUDSHOORN, Nelly. **Beyond the Natural Body: An Archaeology of Sex Hormones**. New York: Routledge, 1994.

ORTHER, Sherry B. Dark anthropology and its others. Theory from the eighties. **Hau: Journal of Ethnographic Theory**, v. 6, n. 1, 2016.

POCHMANN, Marcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, 2011.

REZENDE, Cláudia B. Mágoas de amizade: um ensaio em antropologia das emoções. **Mana**, v. 8, n. 2, 2002.

REGO, Francisco C. V. S. **Viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

\_\_\_\_\_. **Análise de uma situação social na Câmara Municipal de Natal: políticas e vetos de um Plano Municipal de Educação**. Trabalho apresentado na XXI Semana de Humanidades do CCHLA, UFRN, 2016.

REGO, Francisco Cleiton Vieira S.; PORTO, Rozeli M. “Fazer emergir o masculino: notas sobre as noções de “terapia” na hormonização de homens trans. **Anais da 30ª. Reunião da Associação Brasileira de Antropologia**. João Pessoa: ABA, 2016.

RIO Grande do Norte. Secretaria Estadual de Planejamento e Controle de Serviços de Saúde. **Plano Estadual de Saúde 2012-2015**. Natal, 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano Estadual de Saúde 2010-2011**. Natal, 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Natal, 2016.

RUBIN, Henry. **Self-Made Men: Identity and Embodiment among Transsexual Men**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2003.

SAHLINS, Marshall. **What Kinship is – and what is not**. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

SPINELLI, José A. **Rio Grande do Norte 2000-2013**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

STRATHERN, Marilyn. What is a parent? **HAU: Journal of Ethnographic Theory**. v. 1, n. 1, 2011.

WESTON, Kath. **Families we choose: lesbians, gays, kinship**. New York: Columbia University Press, 1991.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México; Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo L. (Orgs.). **Antropologia e poder**. Contribuições de Eric Wolf. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Editora da Unicamp, 2013.